

**NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO: uma análise de suas influências na bibliografia básica e complementar da disciplina Teoria da Contabilidade**

Anderson Gomes de Araújo Santos – Estudante do curso de Ciências Contábeis na UFG

Ednei Moraes Pereira – Docente na UFG

Juliano Lima Soares – Docente na UFG

**RESUMO ESTRUTURADO**

**Introdução/Problematização:** Esse trabalho é parte de uma produção complexa e detalhada que busca analisar como o neoliberalismo e a financeirização tem interferido na formação dos profissionais de contabilidade, por vias curriculares, no estabelecimento de competências e habilidades profissionais e ainda na condução das disciplinas na graduação. Esse trabalho gira em torno da seguinte questão, como a disciplina “Teoria da Contabilidade” vem sendo desenvolvida nos cursos de graduação em ciências contábeis das universidades federais?

**Objetivo/proposta:** Analisar como a bibliografia relacionada nas ementas da disciplina “Teoria da Contabilidade” contribui para a formação baseada nos preceitos neoliberais, sustentada pelo processo da financeirização. Especificamente: a) conhecer os pressupostos neoliberais estruturantes e mantenedores do capitalismo; b) identificar as interferências das perspectivas neoliberais e de financeirização da educação na formação contábil; c) analisar a incidência das bibliografias bem como os elementos que afirmam as interferências neoliberais e de financeirização no desenvolver da disciplina em questão.

**Procedimentos Metodológicos:** A princípio foi realizada a revisão de literatura dos trabalhos publicados relacionados a disciplina “teoria da contabilidade”, sendo verificados conteúdos e bibliografias. Em seguida, foi realizado o levantamento das ementas da disciplina nos cursos de graduação ofertados em universidades federais. As 27 ementas foram analisadas e registrada a incidência das bibliografias. Assim foi sintetizado um quadro com as bibliografias de maior incidência e realizada a análise das mesmas a luz de referenciais teóricos que consideram que a disciplina direciona a uma determinada perspectiva de formação.

**Principais Resultados:** A financeirização da contabilidade tem efeitos potentes na educação, no desenvolvimento da compreensão de mundo e no incentivo acadêmico a mudanças das práticas em busca de uma nova contabilidade e os elementos que a fundamenta. A contabilidade pode contribuir para a financeirização econômica, esses padrões contábeis incorporam postulados e convenções que enraizadas na teoria financeira promovendo ponto de vista e interesses dos atores financeiros, determinando potenciais investimentos.

**Considerações Finais/Conclusão:** O neoliberalismo e a financeirização são dois determinantes no processo formativo de nossa sociedade, sobretudo, se for considerada a organização curricular e habilidades e competências previstas nessa formação. Aqui foi considerada a formação em contabilidade uma vez que essa profissão apresenta um claro potencial de sustentabilidade da sociedade vigente, bem como de manutenção do capital. A informação

contábil é concebida como parte integrante do capitalismo, produzida para os capitalistas, e sustentada por esse sistema complexo e contraditório em que as informações dependem de como podem ser usadas, aqui compreendemos, que ela legitima as explorações e opressões sociais.

**Contribuições do Trabalho:** Esse trabalho evidencia a necessidade de lutar por uma formação contábil problematizadora e comprometida com uma atuação para além dos interesses econômicos dominantes e que inclua a diversidade, ampliando a possibilidades da contabilidade do âmbito brasileiro. A contabilidade precisa desafiar e promover mudanças sociais, contribuindo para uma ordem social emancipada e equitativa, a partir da compreensão que de a informação contábil não é neutra e pode apresentar pertencimento de classe.

**Palavras-Chave:** Contabilidade; Educação; Financeirização; Neoliberalismo.

## Introdução

O neoliberalismo trouxe mudanças fundamentais sobretudo no processo formativo dos sujeitos em sociedade. A educação pode ser compreendida como uma faca de dois gumes, podendo ser instrumento de perpetuação da sociedade como ela está posta ou ainda ser um instrumento de resistência e de mudanças sociais. No entanto, essa duplicidade parece estar longe de ser evidenciada no âmbito da formação em contabilidade, o que se percebe, de fato é a financeirização da formação, que promove na atualidade a formação de um profissional com o aval para legitimar os ditames estruturantes do capital.

Nesse contexto, esse trabalho é parte de uma produção complexa e detalhada que busca analisar como o neoliberalismo e a financeirização tem interferido na formação dos profissionais de contabilidade, por vias curriculares, no estabelecimento de competências e habilidades profissionais e ainda na condução das disciplinas na graduação. Nesse trabalho trataremos o recorte considerando como a disciplina “Teoria da Contabilidade” vem sendo desenvolvida nos cursos de graduação em ciências contábeis das universidades federais.

Assim, o objetivo geral desse trabalho é analisar como a bibliografia relacionada nas ementas da disciplina “Teoria da Contabilidade” contribui para a formação baseada nos preceitos neoliberais, sustentada pelo processo da financeirização. Para tanto, são concebidos enquanto objetivos específicos: a) conhecer os pressupostos neoliberais estruturantes e mantenedores do modo de produção capitalista; b) identificar as interferências das perspectivas neoliberais e de financeirização da educação na formação em contabilidade e c) analisar a incidência das bibliográficas básicas e complementares bem como os elementos que afirmam as interferências neoliberais e de financeirização no desenvolver da disciplina “teoria da contabilidade”.

Para tanto, foi percorrido o seguinte percurso metodológico, a princípio foi realizada a revisão de literatura dos trabalhos publicados relacionados a disciplina “teoria da contabilidade”, sendo verificados os conteúdos e bibliografias, as análises dos autores, a questão do pensamento contábil positivo e análise das habilidades discutidas nas produções. Em seguida, foi realizado o levantamento das ementas da disciplina nos cursos de graduação em ciências contábeis ofertados em universidades federais e em seguida foi realizada a seleção das ementas de forma que o critério de inclusão foram as ementas que contavam com bibliografia básica e complementar e foram excluídas as ementas que não contavam com os mesmos itens.

Assim, foram analisadas 27 ementas e registrada a frequência com que cada bibliografia aparecia nas ementas. Em seguida, foi sintetizado um quadro com as bibliografias de maior incidência e realizada a análise das mesmas a luz de referenciais teóricos que consideram que a disciplina direciona a uma determinada perspectiva de formação.

Nesse contexto, o trabalho está organizado em quatro momentos, o primeiro dele remete aos pressupostos neoliberais e sua importância para manutenção do capital. O segundo se refere as interferências neoliberais na formação do profissional em contabilidade, considerando a instrumentalização da formação pelo viés da financeirização. E o terceiro

remete a análise dos artigos publicados em revistas que remetem a “Teoria da Contabilidade”, considerando elementos que afirmam e legitimam aspectos neoliberais e da financeirização da formação desse profissional.

Parte-se da premissa de que não há neutralidade na formação ou em uma prática de ensino, cada produção é guiada por uma perspectiva de sociedade. Esse trabalho é referenciado em suposições epistemológicas que consideram o conhecimento, a sua produção e a aprendizagem dentro de um sistema de crenças e relações de poder específicas. Assim, essa produção está situada no ramo da pesquisa contábil crítica e interpretativa, que pensa a formação contábil para além a utilização dos princípios contábeis de forma pragmática, política e coerente com os interesses neoliberais.

### **1. Pressupostos neoliberais – breve contextualização**

Neoliberalismo, ideologia e modelo de política que enfatiza o valor da competição de livre mercado. Embora haja um debate considerável quanto às características definidoras do pensamento e da prática neoliberais, é mais comumente associado à economia *laissez-faire*. Em particular, o neoliberalismo é frequentemente caracterizado em termos de sua crença no crescimento econômico sustentado como o meio para alcançar o progresso humano, sua confiança nos mercados livres como a alocação mais eficiente de recursos, sua ênfase na intervenção mínima do Estado nos assuntos econômicos e sociais, e seu compromisso com a liberdade de comércio e capital (GADOTTI, 2001).

O Estado, dentro da lógica neoliberal, age em favorecimento da propriedade privada, das instituições de mercado e comércio de livre funcionamento, em arranjos institucionais que possam garantir as liberdades individuais e as ações dos mercados. O neoliberalismo, ao apresentar essa nova racionalidade, não pode ser compreendido como uma simples repetição/extensão do liberalismo ortodoxo, dado às diferenças dos projetos políticos, para além do campo ideológico, que cada uma destas representa.

A disseminação do neoliberalismo pelos países ocidentais, enquanto doutrina econômica e fundamentada na reformulação do liberalismo clássico, ocorre a partir da década de 1970 e se desenvolve em um cenário no qual cresciam as críticas às políticas keynesianas, favorecendo a via para a aplicação dessa vertente em escala mundial. O início das práticas neoliberais significou, sobretudo, um rompimento com a social-democracia e o seu sistema de harmonia entre o capital e o trabalho, que estava em curso desde o término da segunda guerra mundial.

O crescente aumento das taxas de juros, que ocorreu às custas de uma grave recessão e do aumento do desemprego permitiu a realização de uma série de ofensivas contra os movimentos sindicais, ao impor a diminuição dos gastos sociais e os impostos e facilitar a desregulamentação. Nos países periféricos, os choques e os efeitos desestabilizadores da crise internacional e a elevação das taxas de juros, os levou a declarar moratória da dívida externa e a firmar acordos com o Fundo Monetário Internacional. Em 1983, o Brasil se submeteu a um

programa de estabilização junto ao FMI, mas foi incapaz de cumprir os acordos estabelecidos, agravando assim ainda mais a crise econômica no país.

Diante deste contexto, o FMI e o Banco Mundial se tornaram, nos primeiros anos dessa década, centros de propagação e implantação do “fundamentalismo do livre mercado” e da ortodoxia neoliberal, e os países submetidos às dívidas juntamente à tais órgãos, em troca da atenuação destes débitos, tiveram que implementar reformas institucionais com cortes nos gastos sociais, leis de mercado do trabalho mais flexíveis e privatização, dando início ao que se compreende por “ajuste estrutural” (HARVEY, 2005, p.19).

Para tanto, o projeto educacional a ser adotado deve estar adequado a esta necessidade formativa, na medida em que é o principal instrumento de (con)formação da força de trabalho necessária para a produção de riquezas, enquanto condição necessária para a manutenção da ordem capitalista. Sobre esta condição, Harvey (1992) afirma que um problema central para o neoliberalismo

[...] é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes político-econômicos – assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. (HARVEY, 1992, p. 117).

No Brasil, as recomendações internacionais para o campo educativo têm oferecido suporte para as formulações legais dirigidas ao sistema educacional. Com isso, às orientações para a formação a nível superior contemplam o neoliberalismo em suas propostas curriculares contemplando seus princípios na tentativa de preparar todas as bases para um capitalismo sem regras para o futuro, na busca pelo progresso e acumulação desenfreada do capital.

Deste modo, a formação profissional é determinada por ações elaboradas através de políticas neoliberais, visando moldar os sujeitos aos seus propósitos. No intento de corroborar a ordem social vigente, a formação requerida a todos os trabalhadores, inclusive dos trabalhadores em educação, é àquela voltada à regulação e manutenção das relações sociais estabelecidas pelo ideário neoliberal.

De acordo com a teoria marxista, o trabalho ocupa um local de centralidade, sendo ontológico no processo de constituição do ser humano. A partir das relações estabelecidas entre o sistema capitalista e a categoria trabalho, esta apresenta múltiplas formas de se processar neste contexto. Logo, o trabalho se mostra, contraditoriamente, de forma alienada/fragmentada e constitutiva do ser humano.

Para Harvey (1992), a organização do processo produtivo introduz na relação homem/trabalho, muita alienação/fragmentação do trabalho, apontando mudanças na base técnico/social da produção, dirigidas por projetos com ideais de reorganização e reestruturação do desenvolvimento capitalista.

A reestruturação produtiva causa um profundo impacto sobre o conteúdo trabalho, pois

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1992, p. 140).

Com as mudanças na base técnica da produção, crise do fordismo e taylorismo e o desenvolvimento da microeletrônica, ou seja, o Toyotismo, há também uma mudança no que se refere a formação para o trabalho. O processo produtivo e sua nova tecnologia flexível demandam maior qualificação e competência aos trabalhadores, que são levados a tomar decisões em curto espaço de tempo, trabalhar em equipe, ter autonomia, ser criativo, flexível e participativo.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Frigotto (1996), destaca que a nova configuração no mundo do trabalho e das necessidades do capital para a formação e qualificação humana, emerge uma nova tese: a sociedade do conhecimento. Seu objetivo é impedir, por meio de conceitos e categorias, maior compreensão da realidade. Assim, termos como polivalência, qualidade total, flexibilidade, participação, formação abstrata e autonomia, operam no campo educacional.

Por serem expressões superestruturais de relações sociais cuja base é marcada pela exclusão, contraditoriamente, estas mudanças conceituais funcionam com uma leitura invertida da realidade. Anunciam qualidade total, autonomia, flexibilidade e reeditam formas renovadas de exclusão, atomização do sistema educacional e dos processos de conhecimento e políticas autoritárias de descentralização (FRIGOTTO, 1996, p. 78).

Para ele, a qualificação do trabalhador assume centralidade, necessitando de uma especificidade ainda maior para os ajustes propostos. Isto significa mudanças também no paradigma de formação profissional de maneira mais ampliada. Logo, o resultado destas mudanças recai de maneira incisiva na educação. Portanto, suas políticas e funções serão revistas e modificadas, sua meta deverá ser a de formar cidadãos capazes de suprir as demandas impostas pelo mercado, através de um processo formativo que priorize a minimização do conhecimento, restringindo-o ao necessário para a resolução de problemas cotidianos, principalmente os relacionados ao mundo do mercado.

Neste contexto, sobre o caráter de dependência da educação às condições da produção e do mercado, Gentili (1998) afirma que

As perspectivas neoliberais mantêm esta ênfase economicista: a educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Neste sentido, ela se define como atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente no mercado de trabalho. (GENTILI, 1998, p.104).

Na base da concepção neoliberal de educação, habitam os principais argumentos que sustentam a política capitalista a partir da década de 1990, em um exercício de remodelação dos ideais liberais às novas condições do mercado e da produção.

Sobre esta condição, Harvey (1992) afirma que um problema central para o neoliberalismo

[...] é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes político-econômicos – assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. (HARVEY, 1992, p. 117).

É a partir deste contexto que Dardot e Laval (2016) entendem o neoliberalismo, não como uma simples “crença”, uma “ideologia” ou mesmo um “estado de espírito”. Ele é entendido, sobretudo, como um sistema de normas que hoje está umbilicalmente vinculado às práticas governamentais, as políticas institucionais e aos estilos gerenciais do Estado.

De acordo com os autores “esse sistema é tanto mais ‘resiliente’ quanto excede em muito a esfera mercantil e financeira em que reina o capital”. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 30). A resiliência que os autores tratam diz respeito tanto a capacidade de conformar, junto às classes subalternas, a racionalidade neoliberal mesmo em situações adversas como desemprego, precarização, informalidade e miséria; quanto à capacidade e flexibilidade que o sistema neoliberal tem de superar as suas crises e os riscos, conforme presenciado durante a grave crise de 2007-2008. Neste contexto, a crise mostrou como o Estado neoliberal é “coprodutor voluntário das normas de competitividade” e na “defesa incondicional que fazia do sistema financeiro”, na qual, mostrou-se parte interessada em adquirir “novas formas de sujeição do assalariado ao endividamento de massa que caracteriza o funcionamento do capitalismo contemporâneo” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 31). O Estado é uma “peça-chave” para o “bom” funcionamento da sociedade neoliberal. Portanto, precisa de mecanismos de “boa governança” e “boas práticas” para melhorar o funcionamento da sociedade e influenciar o sujeito neoliberal. Para Gadotti (2001), a formação assume uma função central na execução da perspectiva neoliberal de formação, uma vez que o profissional precisa ser preparado para contribuir com os ajustes da educação às exigências do capital, desta forma deve-se determinar os conteúdos de ensino e atribuir sentido prático aos educadores será o mundo econômico. Assim, a formação deve partir da racionalidade para facilitar a dominação, com a quebra de toda resistência por meio da formação de indivíduos que respondam às exigências do mercado, mas que não tenham desenvolvido as capacidades críticas que contribuam para buscar a utilização dos conhecimentos como uma forma de emancipação.



No entanto, o neoliberalismo prevê a transferência da educação da esfera política, para esfera de mercado, questionando o seu caráter de direito, reduzindo-a em condição de mera prioridade e sob esse princípio se constitui o modelo de homem neoliberal, enquanto cidadão privatizado e consumidor. O neoliberalismo busca monopolizar o poder e está presente no âmbito educacional, logo a educação é moldada de acordo com os interesses da classe dirigente na economia. Se o interesse neoliberal é lucratividade, por conseguinte o interesse deles é qualificar a mão de obra no intuito de servir as necessidades do mercado para lhes garantir a lucratividade, transformar o indivíduo em um ser pensante as realidades que os cercam estão fora de cogitação, pois não seria interessante formar pensadores, mas sim mão de obra barata (GENTILLI, 1996).

## **2. Interferências do neoliberalismo na formação do profissional de contabilidade – a instrumentalização da formação pelo viés da financeirização**

Quando discutimos a educação de uma forma mais educacional / pedagógica, frequentemente usamos termos que estão relacionados às intenções da educação, ao invés das funções das escolas. As funções educacionais raramente são explícitas. As funções educacionais são efeitos do sistema educacional sendo uma das instituições do Estado responsável por socializar (ou formar) as crianças para que se tornem cidadãos que funcionam bem na sociedade em que são criadas (FERNANDES, 1986).

A educação inclui a aquisição de habilidades e proficiência, a assimilação e construção de conhecimentos e o desenvolvimento de motivos e valores. Envolve o que é tradicionalmente chamado de conteúdo da disciplina e educação liberal, em alemão, 'Building'. As crianças devem aprender a se tornar seres humanos e, portanto, devem ser educadas para que possam funcionar por conta própria em sua cultura e sociedade. Eles não podem viver com os pais para sempre, mas devem deixar o lar de sua infância, ganhar a vida e constituir sua própria família. Como essas teorias foram elaboradas na 'Era do Iluminismo', elas se baseiam em um conceito de sociedade - ou melhor, em uma visão da sociedade - como iluminada e democrática (GADOTTI, 2001).

A associação entre a educação e a perspectiva neoliberal é possível a potencialização da individualização, tensionando uma política de subjetivação que tende a regular a vida dos profissionais, baseando-se na teoria do capital humano. Nesse contexto, o indivíduo não é concebido enquanto sujeito de direito, mas, como empreendedor de si, assim,

[...] as competências, as habilidades e as aptidões de um indivíduo qualquer constituem, elas mesmas, [...] seu capital; mais do que isso, é esse mesmo indivíduo que se vê induzido, sob essa lógica, a tomar a si mesmo como um capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e a si outros) como uma microempresa; e, portanto, nessa condição, a ver-se como entidade que funciona sob o



imperativo permanente de fazer investimento em si mesmo (GADELHA, 2009, p. 149)

Nesse contexto, a perspectiva neoliberal considera a educação enquanto um campo empresarial, que promova a relação de concorrência. Assim as relações que se estabelecem no campo acadêmico, na relação professor, aluno e avaliação, a produtividade e rendimento levam ao entendimento de uma competição que reafirma uma relação de mercado. As competências são essenciais para manutenção das relações capitalistas, gerando habilidades esperadas para a manutenção do próprio capital (SILVA et.al., 2020)

A interferência no neoliberalismo na formação de contadores vem se configurando enquanto um espaço de investigação, uma vez que com a ascensão do liberalismo econômico, a contabilidade se tornou um determinante no processo de tomada de decisão empresarial. Pode-se perceber as influências do neoliberalismo na formação de contadores ao perceber o quanto as teorias econômicas neoclássicas defendem a minimização da intervenção estatal na economia e promoção da livre concorrência. Hayek (2002) e Smith (1976), fundamentaram suas bases teóricas no neoliberalismo, defendendo a liberdade individual, o livre mercado e a redução da intervenção do Estado na economia.

Esses ideais influenciaram diretamente a contabilidade, e sua função enquanto instrumento de informação para o mercado, sendo vista enquanto ferramenta para geração de informação financeira e transparência para geração de informações financeiras eficientes para auxiliar na avaliação de desempenho das empresas e na tomada de decisão de um investimento. Nesse contexto a formação de contadores passou a ser direcionada para atender às demandas do mercado, contemplando habilidades técnicas e conhecimentos específicos relacionadas a contabilidade financeira e ao cumprimento de normas de segurança.

A interferência do neoliberalismo na formação de contadores trouxe consigo pontos críticos, como por exemplo, a ênfase excessiva nos aspectos quantitativos em detrimento de outras dimensões relevantes da contabilidade, como por exemplo, responsabilidade social e ambiental. Nesse contexto, Power (2011) alerta para o risco de reduzir a contabilidade a uma ferramenta de controle e compliance negligenciando o seu potencial como instrumento de transformação social.

A busca pela eficiência e produtividade, características centrais do neoliberalismo, contribuem enquanto efeito negativo para lógica de mercado na contabilidade, considerando casos

de manipulação de informações contábeis e fraudes corporativas que ocorreram ao longo da história (HARVEY, 2002). É inegável a interferência da racionalidade técnica na formação do profissional em ciências contábeis, preparando-os para exercer suas atividades embasadas no conhecimento científico, na objetividade e na eficiência para resolução de problemas.

Essa perspectiva formativa tem influenciado as elaborações curriculares, para fornecer aos estudantes uma base sólida em teorias contábeis, métodos quantitativos e técnicas de análise financeira, visando capacitar os futuros profissionais a considerarem a complexidade do mercado de trabalho de forma eficiente e precisa. Um desdobramento dessa perspectiva formativa é a ênfase no desenvolvimento de habilidades e técnicas voltadas para o controle financeiros, análise de dados, aplicação de normas e softwares específicos.

Mesmo que essas habilidades sejam essenciais para o exercício da contabilidade, a racionalidade técnica pode limitar a formação dos profissionais da contabilidade, reduzindo suas potencialidades e campos de intervenção lhe atribuindo apenas funções técnicas. Essa compreensão limita a ampla atuação dos contadores nas organizações e sua atuação estratégica em tomadas de decisão empresariais, na gestão de riscos e na formulação de estratégias operacionais.

De acordo com Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo pode ser compreendido como uma forma de racionalidade que permeia as práticas sociais, individualizando o sujeito por meio do paradigma empresarial. Isso significa que a lógica de tomada de decisões empresariais é também aplicada pelos indivíduos em suas escolhas cotidianas, resultando em uma representação de si mesmos como uma "empresa de si". A partir desse momento histórico, geralmente situado no início dos anos 1980, o sujeito passa a ser significado como um "sujeito-empresa", um cliente ou paciente, um consumidor, sendo moldado pelos aparelhos ideológicos do Estado.

Os ditames reguladores do mercado e do sujeito teoricamente livre se baseiam no modelo de gestão empresarial para impor a cultura a competição e dos resultados minimizando os custos e maximizando os benefícios refletindo, portanto, na determinação das aspirações e condutas dos sujeitos e de forma geral na sociedade. Dardot e Laval (2016), afirmam que os modos de controle e influências exercidas sobre os comportamentos dos sujeitos definem a sua forma e ação no coletivo, nesse contexto, os moldes empresariais são legitimados pelo Estado e norteiam os sujeitos na perspectiva da racionalidade neoliberal, na qual o indivíduo está sempre livre para competir e alcançar a realização.

No âmbito da contabilidade o neoliberalismo atinge sua potencialidade no binômio custo-benefício, que se reproduz historicamente, na perspectiva individual de alcance dos objetivos, uma vez que toda ação humana é econômica. Mises (2010): "ação é a vontade posta em funcionamento, transformada em força motriz; é procurar fins e objetivos; é a significativa

resposta do ego aos estímulos e às condições do seu meio ambiente; é o ajustamento consciente ao estado do universo que lhe determina a vida” (p.41). Assim, na perspectiva neoliberalista, a ação humana não deve contemplar a sensibilidade o homem precisa racionalizar o seu comportamento.

Nesse contexto a racionalidade econômica norteia a formação, uma vez que: [...] o mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói o próprio sujeito. Ele é autoconstrutivo. (DARTOT; LAVAL, 2016, p. 140).

A questão do custo/benefício é um dos meios de legitimação da racionalidade, uma vez que legitima a escolha de uma determinada ação considerando a análise racional existente entre o custo e o benefício de uma ação (MISES, 2010). Essa máxima da política neoliberal prevê a análise dos custos dispendidos frente aos benefícios alcançados, e na contabilidade remete a uma orientação prática, aplicando técnica/ciência como regra contábil “determinação do processo de subjetivação fundadora/sustentadora da racionalidade econômica” (BOMBARDELLI, 2019, p. 88).

Nesse contexto, devemos considerar a financeirização<sup>1</sup> que está intimamente ligada ao exercício e constituição da contabilidade e, também elemento estruturante do modo de produção capitalista, uma vez que ela alimenta a apropriação dos ganhos de produtividade, exercendo a domínio e decisão na perspectiva das relações econômicas e sociais dos sujeitos por meio de decisões baseadas nas finanças e escolhas sociais norteadas pelo capital (DOEBOR, 2017). Aqui, as necessidades das relações sociais não são estabelecidas pelo sujeito, mas pelo capital, gerador das próprias necessidades, e que de forma aparente, tende fazer com que os sujeitos pensem que elas são as necessidades próprias. Nessa perspectiva, o capital opera pelo contábil, pelo discurso da contabilidade, atribuindo valor nas relações sociais (BOMBARDELLI, 2019)

As ciências contábeis se dão como efeito (produto) de um processo discursivo que produz articulação coesa entre técnica/ciência e a ideologia, do qual deriva uma prática política articuladora do empírico e do ideológico, que sustenta a organização, o capitalismo, a financeirização, a dominância discursiva neoliberal, como determinação de relação entre sujeitos e entre o sujeito e sua realidade de existência. A primeira evidência que se constitui pelo discurso contábil é forjar o sentido e o sujeito capitalista, o sujeito que conta, produz, acumula, troca, e (sobre)vive. A contabilidade mensura tudo pela mercadoria universal, sendo que a moeda, o dinheiro e suas significações são evidenciadas discursivamente em: cifras, tabelas, gráficos, a evidência dos relatórios etc., todos profundamente opacos.

A financeirização e as influências neoliberais exercem forte influência na formação do contador tanto no viés curricular, quanto na constituição das habilidades e competências

---

<sup>1</sup> Pode-se conceituar a financeirização como o modo atual de funcionamento do capitalismo global, originado na década de 1980, contemporâneo da mundialização financeira. Esse modo é marcado pela importância da lógica da especulação, ou seja, por decisões de compra (venda) de ativos comandadas pela expectativa de revenda (recompra) com lucros em mercados secundários de ações, imóveis, moedas, créditos, commodities e vários outros ativos. A financeirização é sistêmica e de escopo mundial, vale dizer, impacta as relações econômicas internacionais e as torna crescente transnacionais, atravessadas por fluxos de capital transfronteiriços capazes de influenciar o comportamento de economias nacionais (BASTOS, 2013 p.10)

exigidas dos profissionais de contabilidade. A financeirização remete a elevação da importância do setor financeiro na economia e na sociedade, sendo impulsionada pela lógica de mercado da maximização dos lucros e alocação eficiente de recursos. A financeirização e as influências neoliberais têm impulsionado a formação em contabilidade baseada na racionalização, na prática e nos conhecimentos financeiros visando a maximização dos lucros.

### **3. O neoliberalismo e a Financeirização nos cursos de graduação em contabilidade – uma análise preliminar considerando a disciplina “Teoria da Contabilidade”**

No intuito de analisar de forma preliminar a disciplina “Teoria da Contabilidade” e sua materialização nos cursos de contabilidade ofertados nas universidades federais, foram consideradas algumas informações sobre o panorama dos cursos em universidades federais do Brasil. Atualmente o Brasil conta com 69 Universidades Federais, sendo: 11 na região norte; 20 na região nordeste; 08 na região centro-oeste; 11 na região Sul e 19 na região Sudeste. Desde total 24 não oferecem o curso de Ciências Contábeis, sendo: 3 na região norte; 7 na região nordeste; 2 na região centro-oeste; 7 na região sudeste; 5 na região sul. Das 45 universidades que ofertam o curso, 6 não estão com os Projetos Pedagógicos de Curso disponível nas suas respectivas páginas ou apresenta erro na exibição. São elas: Universidade Federal de Roraima – UFRR; Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Universidade Federal de Sergipe – UFSE; Universidade Federal do Piauí – UFPI e Universidade Federal do Delta da Parnaíba – UFDPar.

A disciplina de teoria de contabilidade, na totalidade dos programas de graduação foi encontrada como disciplina obrigatória (se tornou obrigatória pela diretriz curricular nacional para Ciências Contábeis, em 1992 - CNE, 1992, posteriormente, alterada em 2004, CNE-2004), sendo possível classificá-la como isomorfismo mimético, primeiro devido a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) agência reguladora, não possuir regras que definam tacitamente o rol de disciplinas de propostas de novos cursos. Segundo, porque as organizações tendem a tomar como modelo em seu campo outras organizações, que elas percebem ser mais legítimas ou bem-sucedidas e as novas tomam como modelo organizações mais (DIMAGGIO & POWELL, 2005).

Nesse contexto, mediante a posse das ementas da disciplina de “teoria da contabilidade”, foram analisadas as referências básicas e complementares de 27 ementas da disciplina ofertada em faculdades de contabilidade de todas as regiões do país. O critério de inclusão na análise foi a apresentação da ementa contendo as referências estruturantes da disciplina, e o critério de exclusão foi a retirada de análise das ementas que não contavam com a bibliografia básica e complementar. A análise foi realizada mediante a observação de incidência de determinada obra na bibliografia, como foi possível perceber na síntese abaixo.

Tabela 1: Incidência de bibliografias nas ementas de “Teoria da contabilidade” em cursos de graduação em contabilidade de universidades federais

REFERÊNCIA	BÁSICA	COMPLEMENTAR	NÃO CONSTA
IUDÍCIBUS, Sérgio. Teoria da Contabilidade. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.	19	6	5
IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. Introdução à Teoria da Contabilidade: para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 2006.	8	7	12
NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Teoria da Contabilidade. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.	10	5	12
LOPES, Alessandro Broedel; MARTINS, Eliseu. Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.	8	5	14
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de Contabilidade. Brasília: CFC, 2006/2008	7	3	17
SCHMIDT, Paulo; SANTOS, Jose Luiz dos. História da Contabilidade: Foco na evolução das escolas do pensamento contábil. São Paulo: Atlas, 2008.	5	3	19

Fonte: Dados da pesquisa.

A revisão empírica sobre a bibliografia da disciplina de “Teoria da Contabilidade” evidenciou que as obras indicadas tanto na perspectiva básica quanto na complementar, contemplam dimensões normativas da profissão, eficiência da gestão a prover aos estudantes informações relevantes para a atividade profissional. Lee (2020) afirma que essa perspectiva altera a prática contábil, levando a teoria da contabilidade a ser reduzida a concepção financeira.

A organização da disciplina é influenciada pela abordagem positiva, que pode ser observada nas obras de Iudícibus (2010) e Lopes e Martins (2005).

As obras acima relacionadas contemplam conteúdos como origem e evolução da contabilidade, ativo e passivo, patrimônio líquido, receita, despesas entre outros que reforçam essa perspectiva instrumental e utilitária da contabilidade, percebidos em Iudícibus (2010), Lopes e Martins (2005) e Niyama e Silva (2008). As estruturas conceituais regulatórias e normativas também são contempladas nessas referências, evidenciando a fundamentação dos conteúdos, sustentado na análise das variáveis contábeis e econômicas ancoradas no paradigma positivista.

A abordagem positivista é sustentada por uma literatura sobre as propriedades dos princípios contábeis, que melhor facilitam a alocação eficiente de capital (racionalidade econômica) (KOTHARI, RAMANNA & SKYNNER, 2010). Defendida por Watts e Zimmerman (1986) é um desdobramento da economia positiva baseada em mercados de capitais livres e regulamentação governamental mínima e é considerada científica por causa da aparente objetividade estatística das observações empíricas. Seu impacto pode ser visto em termos de aumento de estudos empíricos e diminuição de estudos normativos em periódicos líderes.

O pensamento contábil transportado na configuração da disciplina está ancorado em duas abordagens: a normativa e a positiva. A abordagem normativa abrange os conceitos em estruturas conceituais definida por normatizadores (*International Accounting Standards Board* – IASB; e *Financial Accounting Standards Board* - FASB) (LEE, 2020). E, ainda, por características qualitativas da informação baseadas na utilidade de decisão, para o resultado derivado de uma demonstração de ativos e passivos, raciocínio normativo e dedutivo. Tem se um esforço contínuo, sustentado e de longo prazo para melhorar a qualidade dos relatórios financeiros para empresas de mercados de capitais. Os teóricos dessa abordagem estudaram os conceitos fundamentais, além dos modelos contábeis mais específicos e a sua capacidade representação da realidade econômica (IUDICIBUS & MARTINS, 2015).

A implicação dos dilemas sobre no futuro da a teoria da contabilidade e sobre uma teoria para contabilidade, no Brasil, tem refletido nas pesquisas, conforme constataram Silva e Zuccolotto (2014) na análise bibliométrica da Revista Contabilidade & Finanças entre 2001 e 2010, mesmo que os estudos buscassem observar a realidade, acabaram recorrendo a normas e na maioria das vezes se tornaram o objeto de estudo, gerando estudos muito semelhantes, pouca contribuição para o campo. Os autores, ainda, encontraram o aumento de estudos com abordagem positivista e pouca interação com outras áreas como sociologia, ciência política, economia e administração.

Nesse contexto, é percebido que os padrões contábeis presentes em postulados estão calcados na teoria financeira, que atende aos interesses de atores financeiros, que devem decidir sobre investimentos que contemplem o bem comum. Em contrapartida, remete a capacidade de declarar riquezas e desencadear imediatamente as distribuições econômicas. Assim, as convenções contábeis adotadas na formação tendem a atender aos interesses dos atores das finanças. Aqui a financeirização da contabilidade interfere na formação desses profissionais direcionando suas práticas em resposta às demandas neoliberais naturalmente impostas no mercado (MENDES, FONSECA e SAUERBRONN, 2020).

A educação contábil atende aos interesses da financeirização potencializando a concentração de poder e riqueza, impondo instrumentos e formas de regulação em seu



benefício. Essa perspectiva ideológica prevê a instrumentalização da prática no âmbito das finanças, revelando as interferências da financeirização do sistema econômico e sua estreita relação com o instrumento de cálculo e as teorias que o estrutura. A contabilidade é essencial para operação do capitalismo, uma vez que a forte financeirização dos sistemas contábeis leva a unificação e consequente universalização dos valores neoliberais (CHIAPELLO, 2016)

A contabilidade é considerada uma tecnologia do neoliberalismo, uma vez que ela apresenta potencialidades capaz de tornar essa concepção mais factual, devido a sua “capacidade de despolitizar as preocupações normativas ao fazê-las parecerem calculáveis e mostrando como a regulamentação e padronização das informações contábeis são uma ferramenta bem-sucedida para a tomada de decisões, mascarando os privilégios que as informações contábeis oferecem ao capital (MENDES, FONSECA e SAUERBRONN, 2020 p.14).

Nesse sentido, a formação em contabilidade deve ser aproveitada para fornecer embasamento para reformas neoliberais e consequente financeirização do sistema político e econômico, proporcionando coerência e legitimidade às suas demandas, fortalecendo aos interesses do capital financeiro. Chiapello (2016) concebe o conceito de financeirização como uma forma de colonização de gradual de técnicas e métodos que favorecem a colonização do mercado financeiro.

A contabilidade pode contribuir para a financeirização econômica em duas perspectivas. A primeira prevê que esses padrões contábeis incorporam postulados e convenções que enraizadas na teoria financeira promovendo ponto de vista e interesses dos atores financeiros, determinando potenciais investimentos. A segunda remete a sua singular capacidade de declarar riquezas e desencadear instantaneamente as distribuições econômicas (MENDES e FONSECA, 2020 p.14).

Mas Chiapello (2016) afirma que a financeirização da contabilidade tem efeitos potentes na educação, no desenvolvimento da compreensão de mundo e no incentivo acadêmico a mudanças das práticas em busca de uma nova contabilidade e os elementos que a fundamenta. A financeirização potencializa a concentração de poder e riqueza, e ela tem utilizado o processo formativo para impor e regular a contabilidade em seu benefício. Nesse contexto, a pesquisa científica, essencial a formação e os mecanismos técnicos mais amplos tem sido utilizado para justificar as demandas do capital, o apoio científico e a instrumentação prática contribuem para o favorecimento do mundo das finanças.

Assim, a financeirização do sistema econômico está ligada a financeirização dos instrumentos de cálculo e as teorias que a subsidia, sendo crucial na operação do capitalismo. A concepção da contabilidade neutra e objetiva, anula questões sociais e ambientais mais amplas dissimulando o caráter político da contabilidade, o que leva a escolhas baseadas na arbitrariedade e subjetividade resultante da influência de grupos poderosos que se sustentam em valores utilitaristas, legitimando a racionalidade na prática contábil. E, consequentemente a universalização de valores neoliberais.



## Conclusões

O neoliberalismo e a financeirização são dois determinantes no processo formativo de nossa sociedade, sobretudo, se for considerada a organização curricular e habilidades e competências previstas nessa formação. Aqui foi considerada a formação em contabilidade uma vez que essa profissão apresenta um claro potencial de sustentabilidade da sociedade vigente, bem como de manutenção do capital.

A informação contábil é concebida como parte integrante do capitalismo, produzida para os capitalistas, e sustentada por esse sistema complexo e contraditório em que as informações dependem de como podem ser usadas, aqui compreendemos, que ela legitima as explorações e opressões sociais. Essa produção buscou evidenciar esse movimento dentro da disciplina de “teoria da contabilidade” na qual a formação altamente técnica, positivista e racional sustenta e legitima a análise de informações por elas mesmas, elemento essencial para atender as demandas do mercado.

Ao longo do tempo os critérios científicos se tornaram hegemônicos e foram colonizando gradualmente a formação, sendo percebidas por meio das competências e habilidades estabelecidas para formação profissional. Aqui, apresentamos essa influência em apenas uma disciplina obrigatória do curso de contabilidade, uma parte de um trabalho ainda maior que se encontra em elaboração.

É necessário lutar por uma formação contábil problematizadora e comprometida com uma atuação para além dos interesses econômicos dominantes e que inclua a diversidade, ampliando a possibilidades da contabilidade do âmbito brasileiro. A contabilidade precisa desafiar e promover mudanças sociais, contribuindo para uma ordem social emancipada e equitativa, a partir da compreensão que de a informação contábil não é neutra e pode apresentar pertencimento de classe.

## Referências

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares. **Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas**, v. 217, p. 1-22, 2013.

BOMBARDELLI, Joel. Sujeito, sociedade, neoliberalismo e sentido no discurso da contabilidade. Pouso Alegre. **Tese de doutorado apresentada na Univás – Universidade do vale do Sapucaí**. Área de concentração: Linguagem e Sociedade: Análise de Discurso. 2019. 201 p

BRASIL. **Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf) >. Acesso em: 26 fev. 2023.

CUNHA, L. C., BORGERT, A., de SOUZA, F. R., & RICHARTZ, F. A disciplina Teoria da Contabilidade em cursos de graduação: percepção de alunos e professores. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, 182-203, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan – A formação política e o trabalho do professor. In CATANI, Denici B. et al, (orgs) – **Universidade escola e formação de professores**. São Paulo: editora, Brasiliense, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Delírios da Razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org) **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, 2ª ed.

GADOTTI, Moacir – **Pedagogia da práxis**. 3ª ed. São Paulo: editora, Corte, 2001.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: edições Loyola, 2005.

HAYEK, F. **O caminho para a Escravidão**. Paris: PUF, Quadrige, 2002.

KOTHARI, S. P., RAMANNA, K., & SKINNER, D. J. Implications for GAAP from an analysis of positive research in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, 50(2-3), 246-286, 2010.

LEE, T. A. Financial accounting theory. **In The Routledge Companion to Accounting History (pp. 159-184)**. London, UK: Routledge, 2020.

MENDES, David; FONSECA, Ana Carolina Pimentel Duarte; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. Modos de ideologia e de colonialidade em materiais didáticos de Contabilidade. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, p. 99-99, 2020.

MISES, Von Ludwig. **Ação humana: um tratado de economia**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

POWER, Michael. The Audit Society: Rituals of Verification. **Online edn**, Oxford Academic, 2011.

SILVA, Robson Guedes; RODRIGUES, Fernandes; SILVA, Ana Flávia; ALVES, Kamila Valença. NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: NOTAS DE UMA RACIONALIDADE EXCLUDENTE. . **Inter-Acao**, v. 45, n. 1, 2020.

SILVA, S. C., & ZUCCOLOTTO, R. Propriedades dos estudos de teoria da contabilidade em um periódico científico brasileiro. **Enfoque: Reflexão Contábil**, 33(2), 35-53, 2014.

SMITH, A. **Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Oxford: Oxford University Press, 1976.